

Orçamento privilegia ministérios militares

ELIANE CANTANHÊDE/AE

A proposta de orçamento da União para 1991 prevê investimentos de US\$ 223 milhões para os ministérios da Aeronáutica e do Exército somados e de apenas US\$ 23 milhões para os ministérios da Educação e da Saúde, também somados. Quem registra a desproporção de 10 para um é o deputado Célio de Castro (PSB-MG), integrante da comissão que analisa o assunto no Congresso Nacional, que fez a conversão em cruzeiros para dólares. “E o presidente Fernando Collor ainda diz que a prioridade do seu governo é a área social”, critica o deputado.

O Ministério da Aeronáutica terá o quinto orçamento para investimentos (US\$ 173 milhões); o do Exército terá o sétimo (US\$ 50 milhões); o da Saúde terá o nono (US\$ 12 milhões) e o da Educação, o décimo (US\$ 11 milhões). “Cada dólar investido ao longo do ano na área social corresponderá a dez dólares na área militar”, diz Célio de Castro, que no início do mês passado fez um discurso do plenário da Câmara condenando os gastos militares.

Na opinião de Célio de Castro, os altos valores para investimentos na Aeronáutica devem

ser justificados pela fabricação do AMX, um avião de combate. “E os do Exército, para que são?”, indaga ele. Assessores militares respondem que os investimentos previstos serão também para projetos na área social, desenvolvidos pelo Exército, como a restauração e reorganização de unidades hospitalares da Força, que atendem pacientes não só militares como também civis. Um exemplo é o Hospital de Tabatinga, no Amazonas, perto da fronteira com a Colômbia.

Sem explicação

Numa conversa com um dos assessores parlamentares do Ministério do Exército, na semana passada, Célio de Castro perguntou o porquê de tão altos investimentos na área militar. “Com quem nós vamos guerrear? Com o Paraguai ou com a Argentina?”, ironizou. O assessor respondeu com uma nova ironia: “E o que você acha de dormir com a janela aberta?”

Também analisando a proposta de orçamento enviado pelo Executivo ao Legislativo, e que deverá ser votado até 15 de dezembro, Célio de Castro detectou outros dados que julgou “muito perigosos”. Um deles é que o Ministério da Economia é

o segundo na escala de investimentos previstos para o próximo ano, apesar de ser apenas normativo.

O mais poderoso e extenso ministério da República, o da Infra-estrutura, poderá investir US\$ 13 bilhões, enquanto o da Economia poderá investir US\$ 2,3 bilhões.

“Isso significa que o governo está promovendo uma brutal

concentração de recursos no Ministério da Economia”, diz o deputado mineiro. “E isso, por sua vez, significa uma imensa concentração de poder político”. Ele lembra que o Ministério da Infra-estrutura precisa investir em estradas, ferrovias, telefonia e modernização de equipamentos diferentes de interesse do País. Já o Ministério da Economia “não compra, não inves-

te e não moderniza coisa alguma”.

Célio de Castro destaca, ainda, que a Presidência da República poderá investir US\$ 244 milhões em 1991 e que as entidades em extinção, dissolução ou privatização terão uma gorda fatia de investimentos de US\$ 25 milhões: “Então, só resta ao governo parar com essa balela de que a prioridade é a área so-

cial”.

Apesar de reclamações desse tipo, integrantes da equipe econômica do governo que estão fazendo o acompanhamento diário das votações do orçamento apostam numa previsão: a de que, cumprindo uma velha tradição, o Congresso Nacional vai aprovar a proposta de orçamento sem alterar a sua essência.